

Trabalho e emprego

Envelhecimento, trabalho e renda: uma análise na Região Metropolitana de Porto Alegre*

Norma Hermínia Kreling**

Socióloga, Técnica da Fundação de Economia e Estatística

O processo de envelhecimento da população é um dos fenômenos mais significativos e instigantes da atualidade brasileira. Claramente visível a partir dos anos 90 do século XX, em consequência das alterações da dinâmica demográfica, esse processo vem ocorrendo de maneira muito mais veloz face ao observado nos países desenvolvidos, os quais tiveram um tempo mais longo para se prepararem com mecanismos institucionais tanto na prevenção como no atendimento das demandas desse novo perfil da população, possibilitando, assim, níveis mais dignos de educação, saúde, trabalho e, principalmente, de previdência social. Nas palavras de Alexandre Kalache (2006), “[...] os países desenvolvidos primeiro se tornaram ricos para depois envelhecerem, enquanto nós estamos envelhecendo rapidamente, antes de sermos ricos”.

No Brasil, esse processo gera uma série de implicações que conduzem, necessariamente, a uma reavaliação das estratégias de planejamento por parte do Estado. Isto porque a implementação de ações e programas governamentais, através de políticas públicas e sociais, para atender e responder às necessidades dessa população envolverá, obrigatoriamente, a redistribuição dos recursos, hoje já insuficientes para o atendimento da infância e da juventude. Assim, para a sociedade brasileira, soma-se mais um problema a outros ainda não equacionados — pobreza, emprego, etc. —, o qual implica ações inerentes ao processo de envelheci-

mento com relação a saúde, assistência social, trabalho, educação e previdência social.

Há que se considerar, ainda, que as transformações ocorridas na economia nacional, a partir dos anos 90, com a abertura comercial e com o processo de reestruturação produtiva e organizacional, trouxeram modificações na estrutura e nas condições de funcionamento do mercado de trabalho. Essas alterações, responsáveis, em grande medida, pela ampliação do desemprego e pelo incremento de várias formas de precarização da mão-de-obra, envolveram segmentos importantes da força de trabalho.¹ Nesse contexto, a população idosa, que já se configurava como um dos segmentos mais vulneráveis quanto à sua participação como força de trabalho, uma vez que sua inserção ocupacional já tomava posições mais precárias, passa a ser ainda mais penalizada.²

Além disso, o afastamento dos idosos das atividades produtivas significa, para parcela importante deles, uma situação de precariedade e não a conquista de um benefício recebido após uma longa vida de trabalho, uma vez que a inatividade vem geralmente acompanhada de queda pronunciada nos rendimentos, com limitadas possibilidades de obtenção de novas ocupações, em vista das deficiências educacionais e da competição com

* Artigo recebido em 1º abr. 2008.

** E-mail: norma@fee.tche.br

A autora agradece a leitura atenta e as valiosas críticas e sugestões à versão preliminar deste texto aos colegas Irene M. Sassi Galeazzi, Míriam De Toni, Raul Luís Assumpção Bastos e Jéferson Daniel de Matos do Núcleo de Análise Socioeconômica e Estatística do Centro de Pesquisa de Emprego e Desemprego (CPED), bem como ao parecerista anônimo desta revista. Agradece, ainda, a valiosa contribuição dos estagiários Andréia M. Goelzer, Andriago Rodrigues e Marcel Henrique Becker.

¹ Sobre a evolução recente do mercado de trabalho, discutem-se algumas mudanças ocorridas no âmbito nacional, após 1999, onde se observa um crescimento do emprego assalariado com registro em carteira — e, portanto, coberto das proteções sociais previstas em lei — num ritmo maior que as demais formas de inserção ocupacional. Nesse sentido, ver Moretto e Pochmann (2006) e Toni (2007).

² É considerada idosa, neste estudo, a população com idade de 60 anos e mais. Esse critério baseia-se na Resolução nº 39/125 da ONU, que, em 1982, na Assembléia Mundial das Nações Unidas sobre o envelhecimento da população, estabeleceu a idade de 60 anos como o início da terceira idade nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e de 65 anos nos desenvolvidos (Conselho Estadual do Idoso/RS, 1997, p. 20).

os mais jovens num mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Por outro lado, os jovens estão, nos dias de hoje, encontrando maiores dificuldades para se colocarem no mercado de trabalho, cabendo aos idosos, com os seus rendimentos, seja da aposentadoria, seja da pensão e/ou do trabalho, arcarem, na maioria das vezes, com boa parte do orçamento familiar.

Essas considerações embasam o presente estudo, que tem por objetivo conhecer e avaliar a situação do idoso no que respeita às suas condições de trabalho e renda. Com isso, pretende-se colocar à disposição da sociedade informações que possam contribuir para o debate e para delineamento de possíveis políticas sociais que conduzam ao atendimento das necessidades desse segmento. Para tanto, são tomadas como base as informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)³. Os dados analisados referem-se, num primeiro momento, à média dos anos de 1993 e de 2007 e, num segundo, quando a análise compreende uma maior abertura, à média de dois períodos, aglutinando-se quatro anos da série em cada um deles: 1993-96 e 2004-07. Por ser a população idosa um contingente relativamente pequeno, essa junção possibilitou um tamanho da amostra suficiente para contemplar, com significância estatística, um maior número de dados. Na análise, utilizou-se, ainda, o recorte por sexo, tendo em vista não só a feminização da velhice como também a existência de discriminação nesse contingente, colocando em evidência a maior fragilidade das condições das mulheres idosas *vis-à-vis* às dos trabalhadores masculinos nessa faixa etária.

Para compor essa análise, além desta introdução e das **Considerações finais**, o texto encontra-se estruturado em três seções. Na primeira, descreve-se a evolução demográfica e seus reflexos no mercado de trabalho; na segunda, enfoca-se a participação do idoso no mercado de trabalho; e, na terceira, analisam-se as fontes de rendimentos desse contingente.

1 Evolução demográfica: reflexos no mercado de trabalho

O processo de envelhecimento da população brasileira vem ocorrendo intensamente, nos últimos anos, em consequência das mudanças no comportamento das variáveis demográficas — redução dos níveis de fecundidade associado à queda da mortalidade —, que, além das variações no ritmo de crescimento total da população, determinam importantes transformações na sua estrutura etária.

As alterações na distribuição da pirâmide etária refletem-se no aumento da participação relativa da população idosa em relação aos demais grupos etários. Ocorre, conseqüentemente, uma diminuição dos grupos mais jovens e o aumento absoluto da população adulta, particularmente da idosa. Essa nova configuração etária denota o aumento da esperança de vida ao nascer da população brasileira, estimada em 72,3 anos, segundo dados do IBGE de 2006 (IBGE, 2008). Quando considerada por sexo, a estimativa alcançou 68,5 anos para os homens e 76,1 anos para as mulheres.

Essa nova conformação da pirâmide etária pode ser evidenciada, na Região Metropolitana de Porto Alegre, através dos dados da PED, que revelam, nos anos 1993 e 2007, um expressivo aumento dos segmentos mais maduros, com idade entre 40 e 59 anos (68,1%) e, em especial, daqueles com 60 anos e mais (92,6%), enquanto o número de indivíduos com menos de 10 anos apresentou redução de 11,8%.

Dessa forma, as pessoas com idade de 60 anos e mais, em 2007, correspondiam a 12,2% (472.000 pessoas)⁴ da população total da RMPA⁵ e a 14,2% da População em Idade Ativa (PIA) da região — população com 10 anos e mais de idade. As pessoas do sexo feminino dessa faixa etária representavam, no mesmo ano, 14,0% da população total feminina, enquanto os homens, com uma participação menor, representavam 10,3%. As mulheres, então, constituíam a maioria desse segmento, isto é, 60,4% do total de idosos, tendo em vista a longevi-

³ A PED-RMPA vem sendo executada, desde abril de 1992, pelo convênio celebrado entre FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE. Tem como objetivo conhecer e acompanhar a situação do mercado de trabalho regional através de levantamento sistemático, com periodicidade mensal, de dados sobre emprego, desemprego e rendimentos da População Economicamente Ativa (PEA). A PED vem sendo realizada também nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e no Distrito Federal.

⁴ Essa estimativa quase se equipara à da população menor de 10 anos, que, em 2007, era de 522.000 pessoas na Região Metropolitana de Porto Alegre.

⁵ Segundo dados do IBGE (2008), no Brasil, em 2006, os idosos com 60 anos e mais representavam cerca de 10,0% do total da população, enquanto, no Rio Grande do Sul, eles representavam 12,4%.

dade diferenciada que elas apresentam em relação aos homens.

No ano de 1993, as pessoas com 60 anos e mais correspondiam a 7,9% (245.000 pessoas) da população total e a 9,8% da PIA. Dessa forma, com um incremento de 227 mil idosos nos anos 1993 e 2007, houve um crescimento de 92,6% nesse contingente, bastante significativo, quando comparado com o crescimento da população total, que foi de 24,6% no mesmo período, na RMPA.

Considerando-se apenas as pessoas com idade de 80 anos e mais, observou-se que a proporção desse segmento também está aumentando, trazendo alterações na composição etária dentro do próprio grupo de idosos, ou seja, a população considerada idosa também está, por sua vez, envelhecendo. De fato, na RMPA, esse segmento, que, em 1993, representava 10% sobre o total da população idosa, passou, em 2007, a representar 12,3%. Outro dado importante observado é que quanto mais envelhecida é a população idosa, maior é a proporção de mulheres. Na Região, em 2007, do total da população com 80 anos e mais, cerca de 70,0% eram mulheres, ou seja, a população feminina nessa faixa etária alcançava mais que o dobro da masculina, caracterizando-se, assim, uma feminização da velhice.

A redistribuição da pirâmide etária, evidenciada pelo envelhecimento da população metropolitana, pode, por sua vez, afetar profundamente a composição etária da PEA⁶. Assim, os dados da PED-RMPA mostram que a PEA regional, nos anos 1993 e 2007, apresentou uma significativa expansão dos segmentos mais maduros, com idade entre 40 e 59 anos (75,6%) e, sobretudo, com 60 anos e mais (83,8%), enquanto os indivíduos entre 10 e 17 anos tiveram redução de 52,4% (Gráfico 1). Na comparação com a PEA total, cujo incremento foi de 32,9% no mesmo período, é significativo o elevado crescimento dos segmentos acima de 40 anos. Outro indicador relevante para demonstrar o envelhecimento da PEA metropolitana é a idade média dessa população, que passou de 33,5 anos em 1993 para 37 em 2007.

Finalmente, se as mudanças populacionais, com a redução da proporção de crianças de zero a nove anos na população total, caminham no sentido de diminuir a razão de dependência⁷ — relação entre a população

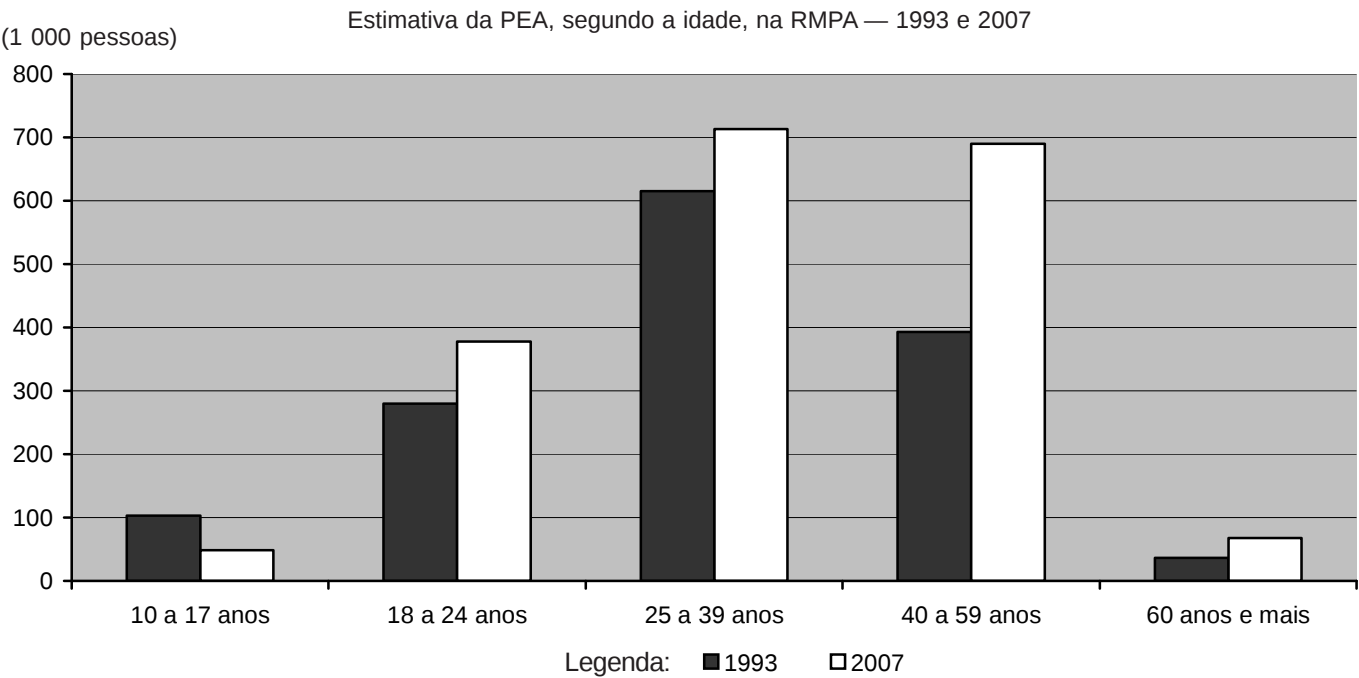
dependente e a população potencialmente trabalhadora, isto é, a PIA —, a dinâmica demográfica do envelhecimento da população promete, em futuro próximo, aumentar significativamente o número de dependentes por trabalhador. Esse será, sem dúvida, um dos principais problemas da seguridade social brasileira, que, com o crescente número de idosos, elevará significativamente a população beneficiária, diminuindo a de contribuintes.⁸ Contudo a maior preocupação reside, ainda, no problema da elevada informalidade no mercado de trabalho brasileiro, uma vez que a receita da previdência nacional está baseada na estrutura tradicional da ocupação e do contrato padrão da mão-de-obra.

⁶ Consideram-se economicamente ativas todas as pessoas com 10 anos e mais de idade inseridas no mercado de trabalho, seja na condição de ocupadas, seja na de desempregadas.

⁷ A razão de dependência vem definida, neste artigo, como o quociente entre a população dependente, crianças (de zero a nove anos) mais idosos (de 60 anos e mais), e a População em Idade Ativa (de 10 a 59 anos).

⁸ Atualmente, isso representa um problema para os países desenvolvidos. Na União Européia, por exemplo, as políticas públicas e sociais estão voltadas para o envelhecimento ativo da população, que objetiva a maior permanência do idoso no trabalho, devido ao encolhimento da População Economicamente Ativa em razão do fenômeno demográfico, provocando sérios transtornos no sistema previdenciário (Suécia, 2001).

Gráfico 1



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

2 A inserção do idoso no mercado de trabalho

A população idosa, como força de trabalho, encontra maior dificuldade em ser absorvida na atividade produtiva. A sua inserção no mercado de trabalho geralmente se dá em condições mais desfavoráveis — menores possibilidades de emprego, vínculos empregatícios mais frágeis, postos de trabalho menos qualificados e, não raro, principalmente para as mulheres, remunerações inferiores e instáveis. Ademais, no segmento idoso, é bastante comum que a perda da condição de ser produtivo, seja pela aposentadoria, seja pelo desemprego, além de reduzir seu poder aquisitivo — o que gera cortes no consumo e diminuição no padrão de vida —, venha acompanhada de um sentimento de desvalorização quanto à auto-estima, à realização e à satisfação pela vida. Por fim, o reingresso desse segmento no mercado de trabalho, quase sempre com o objetivo de suprir necessidades financeiras, ocorre, na maioria das vezes, em situação menos vantajosa e mais precária do que a anterior.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre, a participação dos idosos no total da PEA, no período 2004-07, era de 3,4%. Considerando-se apenas a faixa etária dos idosos, 14,6% participavam do mercado de trabalho, sendo que a quase-totalidade (14,1%) estava ocupada, e 0,5%, desempregados. Os 85,4% restantes encontravam-se na inatividade. Analisando-se a distribuição da população idosa feminina e masculina, por condição de atividade, observa-se que apenas 8,4% das mulheres participavam do mercado de trabalho, face aos 23,8% dos homens na mesma situação, predominando, portanto, as mulheres idosas na condição de inatividade (91,6% contra 76,2% para os homens nessa condição).

No entanto, no período analisado, a taxa de participação — indicador que expressa a proporção da PIA que se encontra na condição de ocupada ou desempregada — cresceu apenas para as mulheres, enquanto diminuiu para os homens. Assim, entre as mulheres, a taxa, que era de apenas 7,4% no período 1993-96, passou para 8,4% em 2004-07, obtendo um crescimento de 13,5%. Já a taxa para os homens passou

de 24,1% para 23,8% respectivamente, diminuindo sua participação na PEA em 1,2%. O crescimento dessa parcela da população feminina no mercado de trabalho pode ter sido um reflexo do aumento da participação da mulher na força de trabalho como um todo, observado nas últimas décadas, conduzindo a maiores taxas de participação também para as mulheres idosas. Assim, a proporção de mulheres com 60 anos e mais na PEA representava 34,7%, contra 65,3% de homens, no último período.

Entre os idosos que participavam da PEA na condição de ocupados, 42,9% já eram aposentados e/ou pensionistas⁹ no período 2004-07. Considerando-se apenas as mulheres idosas que trabalhavam, 46,7% encontravam-se nessa condição, contra 40,8% dos homens. O maior percentual da força de trabalho feminina idosa aposentada e/ou pensionista deve-se ao fato de que, entre elas, é mais freqüente o recebimento do benefício da pensão, já que há um maior número de viúvas, dada a sua maior longevidade. Tais proporções vêm se mantendo para o total dos idosos ocupados já aposentados e/ou pensionistas, quando comparadas com as do período 1993-96, onde as mulheres, na condição em foco, representavam um percentual maior (51,5%), e os homens, um percentual menor (38,8%).¹⁰

Na análise das diferentes formas de inserção da população idosa na ocupação, no período mais recente, chama atenção a elevada proporção de indivíduos que trabalhavam como autônomos (29,8% para as mulheres e 37,5% para os homens), chegando a ser, para as mulheres, mais que o dobro e, para os homens, quase duas vezes maior que o percentual observado no total desses segmentos populacionais. Entre as mulheres, o assalariamento representava 32,3%, e os serviços domésticos, 25,1%, sendo este último setor mais de dois terços do verificado entre o total da força de trabalho feminina. Já entre os homens, o assalariamento absorvia

37,6%, enquanto a categoria empregador (10,5%) correspondia a mais que o dobro daquela observada entre o total de ocupados (Tabela 1).

Quando se consideram em conjunto as posições na ocupação que constituem vínculos de melhor qualidade — o emprego no setor público e o trabalho assalariado com carteira assinada no setor privado —, verifica-se, para o segmento idoso, uma menor concentração nessas inserções ocupacionais. Dentre o total de mulheres idosas que trabalhavam, apenas 27,0% encontravam-se nessas posições, no período 2004-07, enquanto, para a mão-de-obra masculina idosa, o percentual era de 28,9%. Já na comparação com o total de trabalhadores, observa-se que a parcela nessas ocupações de melhor qualidade representava 55,7% para as mulheres e 59,5% para os homens no mesmo período.

No entanto, agrupando-se as categorias associadas à precarização do trabalho — assalariados sem carteira, autônomos, empregados domésticos e trabalhadores familiares sem remuneração —, verifica-se, para o segmento idoso, uma alta concentração nessas ocupações. Assim, entre as mulheres ocupadas, quase dois terços (61,8%) encontravam-se em atividades com estas características no período 2004-07, contra 48,0% da mão-de-obra masculina idosa, proporções essas bem superiores às encontradas entre o total de trabalhadores: 37,4% para as mulheres e 31,1% para os homens no mesmo período. Dessa forma, considerando-se que essas categorias integram o setor comumente considerado informal, conclui-se que as atividades desse setor constituem, para os idosos, e especialmente para as mulheres, uma das poucas alternativas de participação no mercado de trabalho.

Na comparação com o período anterior de análise (1993-96) e tomando-se em conjunto as posições na ocupação, observa-se que, entre aquelas que constituem vínculo de melhor qualidade, houve acréscimo de 2,3 pontos percentuais para as mulheres idosas trabalhadoras e decréscimo de 6,9 pontos percentuais para a força de trabalho idosa masculina. Esse acréscimo, no caso das mulheres, ficou por conta do setor público, tendo em vista que o assalariamento feminino no setor privado com carteira assinada se reduziu. Por sua vez, o setor público concentra grande número de mulheres em carreiras tipicamente femininas, como, por exemplo, na saúde, na educação, na administração e, mais recentemente, na carreira jurídica. Assim, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, nos últimos decênios, fez com que aumentasse a população feminina idosa nesse setor. Com relação às posições mais precárias, observa-se que as mulheres idosas no período 1993-96 tinham uma

⁹ A PED-RMPA não capta a informação dos benefícios aposentadoria e pensão separadamente. Daí a necessidade de analisá-los conjuntamente.

¹⁰ No entanto, em estudo anterior (Kreling, 2002), observou-se que, entre os períodos 1993-96 e 1997-00, houve um aumento considerável das pessoas ocupadas que já eram aposentadas e/ou pensionistas (52,7%), o que permite afirmar que esse movimento vem perdendo força no período mais recente. Tal evolução pode estar relacionada às maiores dificuldades, por parte do trabalhador contribuinte, para obtenção da aposentadoria após a introdução do fator previdenciário, através da reforma da Previdência, em 1998. Isto porque, sendo o objetivo da reforma evitar a aposentadoria em idade precoce, prolongando o tempo da vida profissional do trabalhador, a possibilidade de acesso a esse benefício torna-se ainda mais restrita.

concentração ainda maior nessas ocupações (66,7%), frente ao período mais recente (61,8%), enquanto os homens idosos mostraram aumento nessas posições (de 45,8% para 48,0%), no mesmo período.

Quanto ao setor de atividade econômica em que se ocupava a população idosa, verificou-se, no período 2004-07, que a mulher trabalhava, predominantemente, no setor serviços (53,1%), vindo, em seguida, os serviços domésticos (25,1%), o comércio (15,7%) e, por último, a indústria (5,6%). Comparativamente ao período 1993-96, observa-se crescimento na ocupação das mulheres nos

serviços e no comércio que equivalem a 3,5 e a 3,7 pontos percentuais respectivamente, enquanto, nos serviços domésticos e na indústria, houve diminuição de 2,5 e 4,7 pontos percentuais. Assim como as mulheres, no período 2004-07, os homens apresentavam predominância no setor serviços (60,7%), seguindo-se o comércio (15,6%), a indústria (11,5%) e, por último, a construção civil (9,6%). Na comparação com o período anterior, destacam-se o acréscimo de 7,5 pontos percentuais nos serviços e a redução de 2,7 pontos percentuais na indústria (Tabela 2).

Tabela 1

Distribuição percentual da população ocupada, idosa e total, por sexo, segundo a posição na ocupação, na RMPA — 1993-96 e 2004-07

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	POPULAÇÃO IDOSA						POPULAÇÃO TOTAL (2004-07)		
	1993-96			2004-07					
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
Assalariados	29,6	45,9	40,7	32,3	37,6	35,7	64,2	69,6	67,2
Setor privado	20,1	36,4	31,1	18,0	28,5	24,8	49,0	59,6	54,9
Com carteira	15,2	26,3	22,7	12,7	19,8	17,3	40,5	49,5	45,5
Sem carteira	(1)-	10,1	8,4	5,3	8,7	7,5	8,5	10,1	9,4
Setor público	9,5	9,5	9,6	14,3	9,1	10,9	15,2	10,0	12,3
Autônomos	32,4	33,8	33,4	29,8	37,5	34,9	13,1	20,2	17,1
Empregado doméstico	27,6	(1)-	10,0	25,1	(1)-	9,6	14,7	0,4	6,7
Empregador	(1)-	8,6	7,0	(1)-	10,5	8,2	2,9	5,1	4,1
Trabalho familiar sem remuneração	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	1,1	0,4	0,7
Outros	(1)-	9,8	8,2	7,2	12,6	10,6	4,0	4,3	4,2
TOTAL	100,0	100,0	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 2

Distribuição percentual da população ocupada, idosa e total, por sexo, segundo o setor de atividade, na RMPA — 1993-96 e 2004-07

SETORES DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO IDOSA						POPULAÇÃO TOTAL (2004-07)		
	1993-96			2004-07					
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
Indústria de transformação ..	10,3	14,2	12,9	5,6	11,5	9,4	14,0	22,8	18,9
Construção civil	(1)-	11,4	7,8	(1)-	9,6	6,3	0,4	9,0	5,2
Comércio	12,0	16,9	15,4	15,7	15,6	15,6	17,2	17,1	17,1
Serviços	49,6	53,2	52,1	53,1	60,7	58,0	53,6	50,2	51,7
Serviços domésticos	27,6	(1)-	10,0	25,1	(1)-	9,6	14,7	0,4	6,7
Outros	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	0,5	0,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

3 Fontes de rendimentos

Nesta seção, o estudo abrangerá todo o contingente idoso — os ocupados e os inativos —, tendo em vista a análise considerar não só os rendimentos provenientes do trabalho, como também aqueles advindos da aposentadoria e/ou pensão.

Na distribuição dos idosos segundo a condição de atividade, observa-se, para o período 2004-07, que os inativos representavam a maioria (85,4%), enquanto os ocupados constituíam apenas 14,1%. Na parcela de inativos, 70,6% eram idosos com aposentaria e/ou pensão, e 14,8% não possuíam esses benefícios. Já entre os ocupados¹¹, os idosos com aposentadoria e/ou pensão representavam 6,0%, e aqueles sem esses benefícios eram 8,0%.

Assim, considerando-se o total da população com 60 anos e mais, os rendimentos dos idosos no período mais recente provêm, predominantemente, de aposentadorias e/ou pensões (87,4%), enquanto os rendimentos do trabalho representam apenas 12,6%. No entanto, quando se considera apenas o contingente idoso ocupado, ao contrário, os rendimentos dessas pessoas provêm, predominantemente, do trabalho (69,6%), contra os 30,4% da aposentadoria e/ou pensão. Para os homens, os rendimentos do trabalho representavam 71,2%, enquanto, para as mulheres, 65,3%.

Com relação à remuneração recebida pela população idosa, esta foi examinada através de três categorias de análise: o rendimento real médio dos ocupados no trabalho¹², o rendimento real médio dos ocupados no trabalho mais o benefício recebido pela aposentadoria e/ou pensão e, por último, o benefício recebido pela aposentadoria e/ou pensão por parte dos idosos inativos.

Considerando-se o contingente idoso ocupado, a análise dos dados permite destacar que os diferenciais de rendimentos por sexo são muito mais intensos que os observados para a população total. De fato, de acordo com a Tabela 3, o rendimento real médio percebido pelas trabalhadoras idosas correspondia, no período 2004-07, a 59,7% (R\$ 809,00) do obtido pelos homens (R\$ 1.356,00). No total da população ocupada, no mesmo período, a remuneração média da força de trabalho feminina (R\$ 874,00) equivalia a 74,6% da obtida pela

masculina (R\$1.172,00). Destaca-se, no entanto, que o rendimento médio dos homens idosos, nesse período, era superior, quando confrontado com a população masculina total. Já na comparação com o período 1993-96, verifica-se um maior crescimento dos rendimentos recebidos pelos idosos masculinos (18,4%), face ao observado para as mulheres idosas (15,7%). Note-se, ainda, que o segmento idoso, no período 1993-96, tanto o masculino quanto o feminino, apresentava, em média, rendimentos menores em relação aos demais trabalhadores.

A maior remuneração entre os idosos corresponde aos trabalhadores que recebem rendimento real médio proveniente do trabalho acrescido de aposentadoria e/ou pensão. Todavia, nesse grupo, a renda das mulheres (R\$ 1.516,00) no período 2004-07 correspondia somente a 56,2% da obtida pelos homens (R\$ 2.96,00), resultando em diferenciais de rendimentos ainda mais pronunciados entre os sexos.

Tomando-se apenas o benefício recebido através da aposentadoria e/ou pensão pelos idosos inativos, a diferença entre mulheres e homens diminui consideravelmente (R\$ 744,00 e R\$ 1.051,00 respectivamente), pois as primeiras percebiam uma renda equivalente a 70,8% da obtida pelos segundos no período 2004-07.

Considerando-se apenas a remuneração proveniente do trabalho pelo segmento idoso que já é aposentado e/ou pensionista, o qual correspondia, em média, a R\$ 1.261,00 para o contingente masculino e a R\$ 797,00 para o feminino no período 2004-07, observou-se que esta era 5,8% superior entre os homens e 11,3% inferior entre as mulheres, quando comparadas com a remuneração por sexo com os demais trabalhadores idosos sem aposentadoria e/ou pensão. Assim, pode-se inferir que a inserção dessas trabalhadoras no mercado de trabalho se dá em condições ainda mais desfavoráveis, aprofundando as diferenças entre os sexos.

No entanto, considerando-se apenas a remuneração proveniente da aposentadoria e/ou pensão, observa-se que os idosos ocupados recebem benefícios com valores superiores aos dos idosos inativos¹³. Assim, enquanto as mulheres ocupadas (R\$ 797,00) recebiam um benefício 7,1% superior ao das inativas (R\$ 744,00), os homens ocupados (R\$ 1.262,00) auferiam 20,0% a mais do que os inativos (R\$ 1.051,00). Nesse sentido, os dados

¹¹ Consideraram-se apenas os ocupados, uma vez que a amostra não comporta a desagregação para a categoria dos desempregados.

¹² Foi considerado o rendimento real médio do total dos trabalhos — principal e complementares.

¹³ Os dados analisados mostram direção oposta, quando comparados com os da pesquisa de Liberato (2002, p. 20), a qual descreve que os idosos inativos, no Brasil, têm, em média, rendimentos de aposentadoria superiores aos idosos ativos.

permitem presumir que esses idosos podem ser mais qualificados e, portanto, oferecerem melhores condições de permanência e/ou de reingresso no mercado de trabalho do que os idosos inativos.

Num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, onde os jovens encontram dificuldades de colocação, cabe aos idosos, com os seus rendimentos, seja da aposentadoria, seja da pensão e/ou do trabalho, arcarem, não raro, com boa parte do orçamento familiar. De fato, o papel do idoso no apoio econômico das famílias pode ser observado através da contribuição de sua renda, a qual alcançava 66,6% da massa de rendimentos total das famílias com idosos no período 2004-07. Essa contribuição vem aumentando, quando comparada com a do período anterior — representava 56,5% em 1993-96.

Ao se considerar a posição do indivíduo no domicílio, verifica-se que recai sobre o segmento idoso uma grande responsabilidade com a família, uma vez que parcela considerável assume condição de chefe do grupo familiar. Assim, no período mais recente, 50,4% das mulheres idosas ocupavam a posição de chefe no domicílio onde residiam, enquanto, para os homens idosos, esse percentual alcançava 91,9%. Observa-se, ainda, que, entre os idosos com aposentadoria e/ou

pensão, tanto os ocupados quanto os inativos apresentavam uma maior concentração na condição de chefe no domicílio (96,3% e 92,9%, respectivamente, para os homens e 59,0% e 58,0% para as mulheres), enquanto, para os ocupados e para os inativos que não recebiam nenhum benefício, havia uma menor concentração nessa condição (87,1% e 83,0% para os homens e 42,4% e 25,5% para as mulheres). A maior concentração de pessoas idosas na condição de chefes de família pode estar relacionada ao fato de que grande parte dos idosos vive em famílias muito pequenas.

Tomando-se, por fim, o perfil dos idosos segundo a escolaridade, observou-se, através dos dados da PED-RMPA para o período 2004-07, que os ocupados apresentavam um melhor nível de escolaridade do que os inativos. Dentre os idosos ocupados, os mais escolarizados são aqueles que já são aposentados e/ou pensionistas, os quais apresentavam 7,9 anos, em média, de estudo, enquanto os ocupados sem aposentadoria e/ou pensão apresentavam um nível pouco inferior (7,3 anos). Já entre os idosos inativos, que são os menos escolarizados, observa-se que o nível médio de escolaridade para os que têm aposentadoria e/ou pensão é um pouco superior (5,7 anos) do que para aqueles sem nenhum tipo de benefício (5,2 anos).

Tabela 3

Rendimento médio da população idosa, segundo categorias selecionadas, por sexo, na RMPA — 1993-96 e 2004-07

DISCRIMINAÇÃO	(R\$)					
	1993-96			2004-07		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Ocupado	699	1 145	1 015	809	1 356	1 168
Ocupado e aposentado e/ou pensionista	1 094	2 308	1 828	1 516	2 696	2 223
Aposentado e/ou pensionista	581	1 003	757	744	1 051	873
TOTAL	599	1 092	816	773	1 185	955

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: O inflator utilizado foi IPC-IEPE; valores em reais de jan./08.

4 Considerações finais

O processo de envelhecimento da população brasileira é um movimento já deflagrado e em franca expansão. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, os dados apresentados demonstraram essa evolução, destacando-se a maior longevidade da população feminina em relação à masculina. O envelhecimento da população, por sua vez, afetou profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa, com aumento

significativo da participação dos segmentos mais maduros, em especial dos indivíduos com idade de 60 anos e mais, e redução da participação dos mais jovens, elevando a idade média do trabalhador.

Com relação à inserção do idoso no mercado de trabalho, as informações apresentadas apontam uma situação bastante desfavorável. Além das remunerações inferiores, observadas especificamente no contingente feminino, os idosos apresentavam alta concentração em formas de inserção com características mais precárias,

destacando-se os serviços domésticos para as mulheres e o trabalho autônomo para ambos os sexos. Há ainda uma grande participação do aposentado e/ou pensionista no mercado de trabalho, visto que quase a metade dos idosos ocupados da RMPA, se encontrava nessa situação. Tal participação pode estar relacionada, de um lado, à necessidade de o idoso aumentar sua renda para a sobrevivência da família e, de outro, ao aumento da longevidade conjugado às melhores condições de saúde, que permite às pessoas com 60 anos e mais exercerem, com relativa facilidade, uma atividade econômica.

O estudo evidenciou, ainda, para os homens idosos ocupados, rendimentos do trabalho superiores, quando comparados com os do total dos trabalhadores, e, no caso de eles serem aposentados e/ou pensionistas, esses rendimentos, comparativamente aos auferidos pelos trabalhadores que não recebiam esses benefícios, também eram superiores. As mulheres, entretanto, nesses dois casos, permaneciam numa posição desfavorável, aprofundando mais a distância entre os sexos. Destaca-se também que os idosos ocupados com aposentadoria e/ou pensão são os que têm rendimentos de aposentadoria e/ou pensão superiores aos dos inativos, como também apresentavam melhores níveis de escolaridade. Além disso, os idosos nessa condição apresentavam uma maior concentração na posição de chefes no domicílio.

Por fim, o envelhecimento da população e as características inerentes ao contingente idoso analisadas neste texto demonstram a necessidade de políticas públicas e de programas sociais que visem atender a esse segmento, não só no âmbito da saúde e da assistência social, como também na obtenção de uma aposentadoria mais digna e com oportunidades de melhor explorar suas potencialidades, seja no trabalho, seja no desempenho de novos papéis.

Referências

CAMARANO, Ana Amélia. O idoso brasileiro no mercado de trabalho. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3., Recife: ABET, 2000.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2006**: Brasil e Rio Grande do Sul. Disponível em: <ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2008.

KALACHE, Alexandre. Envelhecimento: é urgente repensar o Brasil; tendências/debates. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A3, 16 out. 2006.

KRELING, Norma Hermínia. Os idosos e as novas evidências nas relações com a família e com o trabalho. In: WILTGEN, R. S.; GARCIA, L. S. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano**: os 10 anos da PED-RMPA. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, PMPA, 2002. p. 97-120.

KRELING, Norma Hermínia. Gênero e trabalho na terceira idade. **Mulher e trabalho**, Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, p. 97-104, 2001.

LIBERATO, Vânia C. O crescimento da atividade dos aposentados. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto, 2002.

MOREIRA, Morvan de Mello. **Determinantes demográficos do envelhecimento brasileiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2000.

MORETTO, Amilton; POCHMANN, Marcio. A retomada do emprego numa economia em marcha lenta: implicações para as políticas públicas de mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., Caxambu, 2004. Caxambu: ABEP, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual do Idoso. **Os idosos do Rio Grande do Sul**: estudo multidimensional de suas condições de vida; relatório de pesquisa. Porto Alegre: CEI, 1997.

SUÉCIA. Conselho Europeu de Estocolmo. **Conclusão da Presidência**. Disponível em: <http://eu.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/it/ec/>. Acesso em: 24 mar. 2001.

TONI, Míriam De. Precarização do trabalho a partir dos anos 90: reversão de tendência no período recente? In: BASTOS, R. A. (Coord.). **Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2007. p. 17-79.